

OBJETIVO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**DATA: 03/06/2025****LOCAL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS**

001 Ao terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, no auditório do Conselho Estadual e Saúde
002 de Goiás, situado na Avenida República do Líbano nº 1875 – Edifício Vera Lúcia, 7º andar – Setor
003 Oeste, nesta capital, dá-se o início às 08:56 (oito horas e cinquenta e seis minutos) à **Sexta Reunião**
004 **Ordinária do ano de dois mil e cinco do CES/GO**, para apreciação e deliberação das seguintes
005 pautas: **1 – Verificação de quórum e justificativas de ausências; 2 – Informes dos Conselheiros; 3 –**
006 **Informe das Comissões; 4 – Informes da Mesa Diretora; 5 – Ordem do dia: ITEM 1:** Aprovação
007 das Atas da 03ª e 04ª Reunião Ordinária de 2025. Exposição: Mesa Diretora. **ITEM 2:** Resolução AD
008 Referendum nº 17/2025 – Redefinição das datas das Etapas Regionais e Etapa Final Estadual da 5ª
009 CESTT. Exposição: Mesa Diretora. **ITEM 3:** 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da
010 Trabalhadora. Exposição: Comissão Organizadora da 5ª CESTT (eleição de Conselheiros/as). **ITEM 4:**
011 Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPC. Exposição: GAE/SES. **ITEM 5:**
012 Apresentação dos Pareceres da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025.
013 Exposição: CIMEPS. **ITEM 6:** Planejamento das Comissões Intersetoriais. Exposição: Mesa Diretora.
014 **ITEM 7:** Junho Laranja – Campanha Prevenção às queimaduras. Exposição: CIMEPS. **1 – Verificação**
015 **de quórum:** **Presidente Walter** inicia a reunião pela checagem de quórum, fazendo leitura da lista de
016 presença. Informa que como estão presentes 24 (vinte e quatro) titulares e 06 (seis) suplentes, com
017 quórum estabelecido pelos titulares. Pergunta ao pleno se há alguma dúvida, caso haja, é passível de
018 revisão. **Conselheira Sueli** faz consideração a respeito de que já está estabelecido o horário regimental
019 de chegada dos conselheiros no intervalo entre 8h30 às 8h45, entretanto, como a assembleia é soberana
020 gostaria verificar com a Mesa Diretora, a possibilidade dos conselheiros que não conseguissem adentrar
021 em tempo hábil estabelecido pelo horário regimental, que fosse permitido fazerem os seus registros.
022 Fundamenta mencionando sobre o próprio exemplo de que, muitas vezes demora a conseguir um local
023 para estacionar, visto que conseguir uma vaga nesta região ser um problema sério. Ressalta que chega,
024 mas não consegue adentrar regimentalmente. Relata que sempre ocorre uma intercorrência ou outra e
025 que também há um prazo muito longo entre o lanche até o início da sessão plenária. Enfatiza que preza
026 muito por estes momentos neste Conselho. Pergunta à Mesa Diretora a respeito da possibilidade de fazer
027 esta consulta ao pleno. **Presidente Walter** esclarece que em todas as plenárias, depois do quórum
028 estabelecido, a lista de presença volta para o apoio administrativo e todos os que chegam participam da
029 plenária, sendo sua presença confirmada no pleno. Informa que o quórum está estabelecido com os
030 titulares e que por este motivo, os suplentes nesta plenária não assumem a titularidade provisória.
031 **Justificativas de ausências:** **Conselheiro Neiton** faz leitura: **Conselheiro Fabio José Basílio**, justifica
032 ausência devido estar de plantão no hospital em Brasília; **Conselheiro Marcelo Nascimento**, devido a
033 compromissos profissionais realizados nas atividades sindicais; **Conselheira Lúcia Darck**, pelo motivo
034 da Conferência Municipal de Saúde, etapa distrital que será no distrito o qual a mesma pertence;
035 **Conselheira Roberta** devido a ter que entregar equipe envolvida incluindo sua participação direta na
036 gerência dos ajustes finais. **Presidente Walter** acrescenta que tem outra justificativa do Sindicato dos
037 Farmacêuticos no Estado de Goiás – SINFAR. Recorda que na última Reunião Ordinária foram
038 notificados, de forma regimental, as entidades que estavam com ausências sistemáticas. Informa que o
039 SINFAR através de seu Presidente, justifica as ausências da entidade nas reuniões por trabalhar num
040 hospital em Brasília, e por motivo de constante viagem cumprindo diversos compromissos, também
041 como Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, integrante também do Conselho Nacional
042 de Saúde. Explica que o Sindicato foi notificado e solicitado de forma regimental que informasse e
043 justificasse suas ausências e que caso não o fizesse, seriam tomadas as devidas providências cabíveis,
044 apesar do sindicato ser suplente. Acrescenta que se fosse titular passaria para a suplência se não
045 respondesse a notificação do Conselho no prazo de trinta dias, automaticamente elevaria o primeiro

046 suplente à titularidade. Informa que o sindicato respondeu dentro do prazo regimental e já justificou
047 para a próxima plenária, visto que não estava justificando. Enfatiza que tem que haver a justificativa de
048 ausência. Comunica que, também da mesma forma, foi notificado à SES pela ausência sistemática do
049 suplente responsável pela sua representação da SES, estando lotado na Superintendência de Gestão
050 Integrada e atual Gerente de Pessoas do RH da SES e que hoje se encontra na plenária. **Presidente**
051 **Walter** faz a leitura do Ofício do SINDLABS, a respeito da indicação da substituição da atual
052 Conselheira Christiane Maria do Valle pela Dayanna Galttieres Miranda, por ordem médica. 2 –
053 **INFORMES CONSELHEIROS: 2.1 – Conselheira Rosa Maria** informa que veio fazer um convite e
054 um apelo. Convida a todos a participarem de uma reunião dia 16 de junho para a organização e
055 colaboração comunicativa da Conferência de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora. Ressalta a respeito
056 de estar presente durante a conferência, fazendo ampla divulgação das mesas de todo o evento.
057 Comunica que é necessário contar com a comunicação das instituições que contemplem esta plenária e
058 que possuam este recurso. Solicita à todas as instituições que fazem parte deste conselho possam
059 disponibilizar a os meios comunicação para trabalhar de forma colaborativa com a conferência.
060 Agradece a quem puder contactá-la. 2.2 – **Conselheira Dionne** informa a respeito do Comitê de
061 Equidade, sendo composto por três coordenações, tendo sido indicada por este conselho, representando
062 o Controle Social como uma das coordenadoras deste Comitê de Equidade, juntamente com mais dois
063 gestores da SES. Explica sobre as atividades que já foram desenvolvidas, como a institucionalização do
064 Comitê, participações em reuniões desde final de novembro, dezembro, destacando que o regimento
065 deste Comitê já foi construído. Relata que houve um problema que a constrangeu muito e que gostaria
066 de compartilhar e deixar bem claro ao pleno que realmente aconteceu. Esclarece que houve um encontro
067 dos comitês na Região Centro Oeste em Cuiabá, no período de 21 a 23 de maio, sendo que nem o
068 próprio CES recebeu algum comunicado a respeito. Relata que, mesmo tendo uma participação ativa nas
069 reuniões do conselho, só soube deste encontro quando faltavam 3-4 dias que antecederiam ao evento e
070 tendo sido informada pelo Presidente Walter. Esclarece que chegou a fazer contato com o MS e
071 conversou com muitas pessoas. Ressalta a sua indignação diante desta situação, haja vista achar que ser
072 um desrespeito ao controle social e para o trabalho que tem sido desenvolvido. Questiona como que um
073 comitê que propõe ações para tratar desigualdade de raça, etnia, gênero relacionados ao trabalho deixa o
074 Controle Social de fora. Argumenta que isto é um absurdo. **Presidente Walter** relata que juntamente
075 com Conselheira Dionne faz este reparo. Informa que foi num lançamento deste programa com o do MS
076 juntamente com as 26 secretarias estaduais e a secretaria do DF, em Campo Grande e assim que
077 retornamos, foi instituído o comitê no âmbito do estado. Recorda que a gestão passada que fez a
078 indicação da Conselheira Dionne como representante deste comitê e que permanece até hoje, sendo
079 passível de alteração só se o pleno decidir mudar. Faz elogio à Conselheira Dionne a respeito do
080 excelente trabalho que vem desempenhando dentro deste comitê e que tanto é que faz parte da
081 coordenação. Explica que a Conselheira o contactou quando estava participando de uma Conferência
082 Regional de Uruaçu, houve um mal-entendido no comitê porque o servidor Wiley Silva, que está lotado
083 atualmente neste conselho e que substitui o servidor Leonardo, estava participando deste mesmo comitê
084 através da Superintendência da SPAIS e da população específica, tendo o convite chegado ao mesmo.
085 Relata que enquanto população específica, o convite não chegou ao conselho e que o servidor Wiley o
086 questionou como proceder. Respondeu que poderia dialogar com a sua antiga gerência e que também
087 iria buscar informações sobre a motivação deste conselho não ter sido notificado sobre isto. Contactou e
088 dialogou com a Conselheira Dionne e esclareceu que, por ser a representante legal do CES e a
089 Coordenadora eleita do Comitê em Goiás, tem autonomia para decidir e tomar as devidas providências
090 caso sejam necessárias. Comenta que a Conselheira entrou em contato com o MS, em Brasília para tirar
091 as informações e esclarecimentos a este assunto e acabou que responderam com várias justificativas e o
092 questionou como proceder diante desta situação e ratificou que a mesma teria autoridade para responder
093 e tomar as decisões necessárias como representante deste comitê dentro CES. **Conselheira Dionne**

094 justifica que não conseguiu ir encontro dos comitês porque eram três dias evento e que já estava com um
095 agendamento prévio com audiência no MP do trabalho por conta do sindicato e que não tinha como
096 desmarcar para ir. Comunica que não sabe se pode sugerir, mas que se fosse possível, que se fizesse
097 uma apresentação no CES sobre todo o desenvolvimento das propostas reportadas neste encontro, visto
098 que teria muito interesse em estar participando para poder repassar as informações ao pleno. Declara
099 que o outro informe é sobre uma questão muito importante que está acontecendo a respeito do abandono
100 de contrato do IGH com o estado, sendo a Maternidades Nossa Senhora de Lourdes e Hospital Estadual
101 da Mulher – HEMU. Informa que são cerca de 1200 trabalhadores que “ficaram na chapada” e que até
102 hoje, o sindicato continua na busca de contatos, sem conseguimos nenhuma informação. Ressalta que os
103 trabalhadores estão desesperados porque tem as rescisões contratuais e estão sem instruções até hoje.
104 Informa que ontem teve uma audiência pública, proposta pelo deputado Mauro Rubens, que teve uma
105 boa participação e que hoje haverá uma paralisação dos trabalhadores na Assembleia Legislativa com o
106 intuito de fazer pressão para verificar se a secretaria pode e se já está intervindo e acrescenta que existe
107 uma comissão neste sentido. Ressalta que se trata de mais uma OS, que dá o calote não só nos
108 trabalhadores, mas também nos prestadores, visto que tem compromissos com os seus próprios
109 colaboradores. Destaca a respeito luta para haver concursos públicos, que é justamente pra que se evite
110 estas situações, pois isto não é bom para a sociedade, nem para nossa comunidade, não tem uma boa
111 apresentação pelo nosso governador tendo em vista que as pessoas estão participando e observando o
112 que está acontecendo ao seu redor e que realmente precisamos colocar um ponto final, ter mais
113 supervisão e que nossa legislação precisa de proteger mais os trabalhadores. **Presidente Walter**
114 complementa que o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Goiás, através do Ofício nº 165/2025,
115 datado de 28 de maio de 2025, informou ao CES a respeito desta situação e que enquanto Presidente
116 tomou a liberdade de convocar a Mesa Diretora, tendo havido ontem a reunião na qual baseado no
117 referido ofício e nas informações solicitadas pelo SIEG, a Mesa Diretora tomou algumas decisões a
118 respeito deste assunto. **Vice-Presidente Sérgio** informa que foi publicado no diário oficial dia 27 de
119 maio de 2025, a composição de um grupo de trabalho composto pela CGE, PGE e pelos integrantes da
120 Secretaria de Saúde para trabalhar estes assuntos, tratar tanto para ver como será conduzida a relação
121 atual, como para evitar situações futuras, de curto, médio e longo prazo, sendo na verdade, médio e
122 longo prazo, haja vista não ser uma situação fácil de se resolver, mas que já está sendo conduzido.
123 Relata que a Mesa Diretora propõe que se conversasse com este grupo de trabalho, talvez em dois
124 encontros, pelo menos, sendo num destes para alinhar os interesses representados pelo conselho e o
125 outro, ao final, para apresentação dos resultados do grupo, até mesmo para a plenária. Comenta que acha
126 muito saudável para podermos ter subsídios para opinar em relação aos resultados enquanto conselho
127 como um todo. **Presidente Walter** ratifica que também quer alinhar junto com este grupo de trabalho,
128 os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e que não é só a Mesa que vai fazer esta interação com o
129 GT, mas os próprios representantes dos trabalhadores que compõe este colegiado. **Conselheira Rosália**
130 comunica que, enquanto representante do Conselho no GT de Gestão e Governança no último mês, teve
131 uma pauta sobre a realização do curso do SIOPS, realizado em Goiânia, na qual conseguiu fazer uma
132 intervenção e garantir cinco vagas para a representação do CES, que foram: 02 para CIMEPS, 02 para
133 CIMEOF e para um servidor do conselho. Ressalta a importância da participação das pessoas
134 conselheiras nos GTs da CIB. **Presidente Walter** revalida o informe da Conselheira Rosália e informa
135 que foi discutido na reunião da Mesa Diretora, sobre as representações dos Conselheiros nos vários
136 órgãos e comitês da SES. Observa que poucos Conselheiros representantes deste colegiado apresentam
137 respostas das suas ações. Menciona que os Conselheiros que eram membros da gestão anterior sabem o
138 tanto valoriza e aplaude os repasses das Conselheiras Dionne e Rosália. Relata que apesar de cobrar
139 muito da Conselheira Rosália, menciona ao pleno o que repetiu em todas as Conferências Regionais de
140 Saúde, que a Conselheira é o braço direito desta presidência, visto que tudo que é solicitado a mesma
141 responde, assim como a Conselheira Dionne, que o informa sobre a cada passo dado dentro da

142 representação deste Conselho, o consulta e que sempre a responde que, por ser a representante legal deste
143 colegiado, tem autonomia dentro dos princípios da ordem e do regimento deste Conselho e que que não
144 há necessidade de consultar este presidente. Menciona que fizeram juntamente com os Conselheiros, o
145 Plano Estadual de Saúde para os próximos quatro anos, entretanto, ocorrem mudanças sucessiva de
146 Conselheiros na elaboração deste plano, visto que a participação era baixíssima e que quando verifica
147 atualmente os membros da equipe técnica dentro do Plano Estadual de Saúde, não consta nomes de
148 Conselheiros, mas sim, dos servidores, haja vista haver o cumprimento das determinações da Mesa
149 Diretora, não ocorrendo o mesmo em relação aos Conselheiros. Profere que que, atualmente há uma
150 relação muito boa com o Coordenador da CIAMCMS, nestas viagens com os levantamentos realizados.
151 Anuncia que este novo mandato está avançando e espera que, enquanto Conselheiros que prospere cada
152 vez mais. **Primeiro Secretário Neiton** expõe que seu informe é mais um instrumento que o Conselho
153 necessita estar fazendo, que é o regimento interno. Reforça que há necessidade de fazer um GT para
154 revisar o atual regimento vigente, que está obsoleto, horrível e inviável para poder trabalhar inclusive do
155 ponto de vista legal. Recorda que, todo ano, mencionam que farão o regimento e quando chega na época
156 da eleição, o mesmo é lembrado, com questionamentos a serem esclarecidos em seu teor, entretanto, é
157 praticamente inexistente. Ressalta que diante desta situação, solicita que tenham pensamento firme
158 direcionado a deste GT, que cada um fique com um exemplar atual e o leve para casa para organizar,
159 faça as contribuições e solicita que as envie para a Mesa Diretora. Esclarece que mesmo que o GT seja
160 composto de 5 (cinco) ou 10 (dez) membros, não irá inviabilizar as contribuições dos demais
161 Conselheiros. **Presidente Walter** informa que também foi objeto de discussão da Mesa Diretora, sendo
162 que havia sido acordado com este plenário, que assim que passasse o processo de construção e
163 realização da Conferência Estadual, o próximo passo seria do pleno se debruçar sobre a questão do GT
164 de revisão do regimento interno do CES, conhecidos por todos por ser anacrônico. **3 – INFORME DAS**
165 **COMISSÕES: CIMEPS: Conselheira Rosa Maria** justifica a ausência da relatora informando que
166 está com Dengue e que esteve internada e que por este motivo, falará em nome da comissão enquanto
167 coordenadora. Refere que o planejamento foi entregue para a Mesa Diretora e que num período de 05
168 (cinco) meses, ficaram quase 03 (três) meses trabalhando no contrato de gestão de Formosa e iniciado as
169 tratativas em cima do RAG 2024 e que irão trabalhar no RAG 2024/2023 e as PAS 2025/2024.
170 Acrescenta que também vão fazer análises de minutas que estão em andamento e que a gestão anterior
171 da CIMEPS estava analisando. **CIEPCSS: Conselheira Elizabeth** informa que irão iniciar as oficinas
172 dia 10 de junho, sendo inicialmente uma oficina virtual do Participa+, na Regional de Jataí, tendo
173 atualmente 34 (trinta e quatro) inscritos. Explica que as inscrições já deveriam ter sido encerradas no dia
173 30 de maio, houve um pedido por parte dos coordenadores do CEAP para liberar até 40 (quarenta)
174 inscrições, visto que ocorrem desistências na semana da oficina presencial. Profere que hoje às 14h00
175 ocorrerá o término das inscrições. Atualiza que participou de uma reunião de alinhamento, com os
176 Servidores Agda e Wiley e as representantes da região de saúde em Jataí, na qual conversaram muito
177 sobre esta seleção dos inscritos e que também já fizeram a seleção dos participantes. Emite parecer a
178 respeito da percepção desta reunião de alinhamento, onde houve o fechamento das inscrições. Observou
179 muitos trabalhadores inscritos, com a quantidade reduzida de conselheiros e movimentos sociais assim
180 como de suas entidades também, com pouquíssimas inscrições. Esclarece que, com a prorrogação das
181 inscrições até a presente data, estão fazendo um trabalho de resgate com as populações específicas com
182 os movimentos sociais na região no sentido de resgatá-los para participação. Expõe que o horário da
183 oficina virtual no dia 10/06, será das 14h00 às 16h30 e as presenciais serão nos dias 03 e 04 de julho no
184 município de Jataí. Informa sobre o plano de ação, que estão com dificuldades para se reunirem todos os
185 membros, como no caso das outras comissões. Ressalta que o plano de ação já está elaborado e
186 encontra-se estruturado e organizado. Esclarece que devido às conferências regionais, houveram muitas
187 viagens esta semana e que a servidora Agda vai nos ajudar a colocar o plano no formato de documento
188 para ser repassado para o CES. Solicita à Mesa Diretora resposta sobre o curso de conselheiros, tenho

189 em vista que tiveram uma reunião ontem. Informa que o andamento do curso só está aguardando que a
190 Mesa diretiva juntamente com a comissão e com os responsáveis técnicos da escola de saúde para
191 definir o andamento do curso e se o edital será lançado novamente ou se será aproveitado o último edital
192 que já foi feito. **Presidente Walter** refere que dá mão à palmatória e pede escusas à Conselheira
193 Elizabete, em nome da Comissão de Educação Permanente e aos integrantes da Mesa Diretora por não
194 ter mencionado este assunto ontem, visto que haviam tantos outros para serem discutidos. Enfatiza que
195 farão esta reunião o mais rápido possível para alinhar à solicitação da comissão. **Conselheiro João**
196 **Bernardino** coordenador da CIAMCMS pede desculpas à Mesa Diretora por estar justamente
197 encaminhando uma questão de planejamento dentro desta comissão. Comunica que durante este mês,
198 nos debruçamos em relação ao planejamento que foi solicitada pela Mesa e dentro deste planejamento
199 tivemos dificuldade primeiro de reunião o que é natural porque foi solicitado um tempo a mais pela
200 Mesa do CES por causa do encaminhamento das várias conferências que estavam e estão findando agora
201 com a conferência estadual. Demos este prazo, mas continuamos trabalhando e por isto, não foi possível
202 fechar e trazer para o pleno hoje em função de que nossas técnicas também estavam envolvidas em todo
203 este processo. Pedimos perdão por não trazer agora o planejamento, mas que está pronto, concluído
204 conforme a presidência havia solicitado e que fará a inclusão e correção dos erros gráficos e até quarta
205 feira se houve a permissão do presidente. **Presidente Walter** acrescenta que internamente suspendeu
206 temporariamente os trabalhos feitos tendo em vista a Conferência, e que a coordenadora e a assessora
207 técnica da comissão, que são servidoras do CES estavam em viagem e fazendo os levantamentos a
208 respeito de dados de atualizações de dados dos Conselhos Municipais e ressalta que realizaram um
209 excelente trabalho. **CIRHRT**: não tem informes. **Presidente Walter** informa que houve uma conversa
210 sobre a ação da CIRHRT, que a Procuradoria Geral do Estado junto com a Secretaria Geral de Governo,
211 estão fazendo um levantamento das ações do estado de Goiás em relação aos servidores, em especial da
212 mesa estadual de negociação permanente, expressando que foi direcionado especificamente ao Vice-
213 Presidente Sergio, enquanto representante da gestão. Dirige-se ao Conselheiro Fernando presente sobre
214 a resposta que foi pedida ao CES sobre a Mesa estadual de negociação permanente. Relata que
215 apresentou a resposta do conselho à demanda que chegou do órgão externo e da estrutura de estado,
216 explicando que competia ao conselho responder, tendo cumprido sua parte e tarefa, que é a resolução de
217 reinstalação da mesa de negociação estadual permanente, ressaltando que não mais compete ao CES a
218 indicação das entidades sindicais na composição deste conselho para a representação na Mesa Estadual,
219 sendo atualmente atribuição das próprias entidades juntamente com a SES a formalização do
220 funcionamento da Mesa. Comunica que todo este teor foi informado no despacho do CES. Relata que
221 solicitou ao MS por meio da Mesa Nacional, vem cobrando deste conselho e a resposta é sempre a
222 mesma: que não compete mais ao conselho fazer algum ato, mas sim fazer a cobrança política de
223 reinstalação da mesa. Ressalta que o CES vai continuar com este papel de integrar o sistema nacional,
224 visto que caso não haja esta participação e a Mesa Estadual não esteja instalada, não tem como
225 formalizar o estabelecimento das mesas municipais, pois estas precisam estar vinculadas ao sistema
226 estadual e posteriormente ao nacional. Relata que foi solicitado à SES através da Superintendência de
227 Gestão Integrada a qual a Mesa é vinculada, que por favor instale esta Mesa porque a mesma junto com
228 GT que está verificando os contratos relacionados aos trabalhadores do sistema, o conselho possa
229 avançar. Solicita encarecidamente que cada entidade integrante deste conselho, do movimento sindical
230 que está na composição da Mesa que faça a cobrança, tendo em vista que de nada adianta que só o CES
231 o faça através desta Presidência. O próprio movimento sindical que está na mesa na resolução de criação
232 da reinstalação da mesma faça esta cobrança, tendo em vista ser uma de suas atribuições. Esclarece que
233 foi uma demanda do conselho do MS que fosse feita a reinstalação da Mesa e que agora compete a
234 vocês fazer com que esta mesa funcione. **4 – INFORMES MESA DIRETORA: Presidente Walter**
235 pergunta aos integrantes da Mesa Diretora se tem algum informe. Outro informe da Mesa Diretora é
236 sobre o Ofício Circular nº 143 da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde da Diretoria de

237 Gestão Integral Participativa do Ministério da Saúde sobre a Recomendação nº 8 de 08 de maio de 2025
238 aos Conselhos Estaduais de Saúde e ao Conselho do Distrito Federal, a qual recomenda a
239 implementação de políticas públicas intersetoriais de memória, verdade, justiça, reparação e não
240 repetição decorrentes da resposta estatal à pandemia da Covid-19. Faz a leitura da mesma. Esclarece que
241 por se tratar de uma recomendação, o Conselho Nacional pede que o CES se siga a mesma. Refere que
242 depois da ordem do dia, pedirá a inclusão de desta pauta para verificar a Recomendação Nº 008 será
243 aceita ou não. **5 – ORDEM DO DIA: ITEM 1: Aprovação das Atas da 03ª e 04ª Reunião Ordinária**
244 **de 2025: Presidente Walter** pergunta aos Conselheiros se tem alguma recomendação referentes as Atas
245 e pergunta à Secretaria Executiva se tem alguma recomendação procedente dos Conselheiros.
246 Respondem em não. Declara aprovadas as Atas da 03ª e 04ª da Reunião Ordinária de 2025. Solicita a
247 inversão de pauta solicitada pela CIMPES. **ITEM 2: Resolução AD Referendum nº 17/2025 –**
248 **Redefinição das datas das Etapas Regionais e Etapa Final Estadual da 5ª CESTT: Presidente**
249 **Walter** anuncia que como este pleno já deve ter sido comunicado, houve a necessidade de fazer a
250 mudança da data da conferência estadual na última reunião plenária com a devida anuência do pleno,
251 decorrente da dificuldade de locação de espaço para realização da conferência estadual dentro do prazo
252 da data definido anteriormente em 11, 12 e 13 de junho. Esclarece que, diante da alteração da data da
253 conferência estadual, faz-se necessário mudar a regra, normativas legais que regem a conferência e que
254 como tinha sido definido pela plenária que as conferências regionais eram até o dia 22, entretanto, tendo
255 sido a última ocorrido no dia 25, também tem que dar normativas legais para a mudança de data e o
256 presidente de forma regimental emitiu uma resolução AD Referendum que na próxima primeira reunião
257 ordinária tem que ser apresentada ao plenário aprovar ou revogar. Faz a leitura da Resolução AD
258 Referendum nº 17/2025, de 25 de maio de 2025. Informa que, como a resolução AD Referendum de
259 forma regimental, não compete discussão, aprova ou rejeita. Consulta aos Conselheiros(as) aqueles(as)
260 que concordam e aprovam com a Resolução AD Referendum nº 17/2025 modificando a data da
261 Conferência Estadual por favor se manifestem levantando o crachá. Aprovada a Resolução com 23
262 (vinte e três) votos. **ITEM 3: 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da**
263 **Trabalhadora. Exposição: Comissão Organizadora da 5ª CESTT (eleição de Conselheiros/as):**
264 **Presidente Walter** solicita enquanto Coordenador Geral da Conferência, a Coordenadora Adjunta não
265 está, pediria que a Coordenadora da equipe de relatoria se pudesse junto com o Presidente fazer os
266 informes do andamento da conferência está aqui e depois solicita ao coordenador administrativo do
267 conselho e a secretária executiva que passem também as informações. Pergunta à Conselheira Rosália se
268 poderia nos ajudar. Relata que participou de todas as etapas, mais do que o Presidente, sendo que o
269 Presidente não foi em algumas. Solicita que faça os informes da CESTT aonde chegamos até agora.
270 Conselheira Rosália informa que as etapas regionais foram diferentes da última conferência, que houve
271 etapas que não tinham pessoas delegadas, e que nesta consegui atingir 80% das pessoas. Acrescenta que
272 as conferências municipais terminaram dia 30 e começamos as etapas regionais dia 02 e que então, foi
273 uma decisão que precisou ser tomada, de discutir só as propostas federais. Informa que já tem definição
274 dos palestrantes, do local que será na Pastoral Dom Fernando, que as pessoas delegadas ficarão
275 hospedadas e que acha que agora estão nos preparativos e ajustes finais. Solicita que as pessoas
276 conselheiras que forem participar da conferência, que se proponham a ajudar, visto que haverá a
277 necessidade como por exemplo e participar em trabalhos de grupo, relatoria de mesa, e que as pessoas
278 conselheiras não sejam convidadas do seu próprio evento porque a conferência é um evento do
279 conselho. **Presidente Walter** complementa a fala da conselheira Rosália, informando que tinham onze
280 pessoas, entre servidores e conselheiros, que viajamos por todo do estado, que saíram de Luziânia e
281 numa noite foram Uruaçu e posteriormente vieram para Anápolis. Alerta que tem membros da comissão
282 organizadora estadual que nem participaram que nem mesmo participaram das próprias reuniões.
283 Ressalta a importância do papel da conselheira Rosália, que enquanto o Presidente faz muitas cobranças,
284 mas que tem que reconhecer sua função enquanto conselheira, visto que enquanto a mesma e o

285 Presidente ficavam até de madrugada trabalhando no notebook produzindo documentos e que logo cedo
286 pela manhã, já estava coordenando a equipe de credenciamento. Comenta que tem que ter um clima de
287 descontração em alguns momentos do trabalho, pois é um clima muito pesado ter que fazer 18
288 conferências regionais em menos de quinze dias, haja vista não ser fácil, além de ter amor pelo sistema e
289 pela conferência. Expõe que, diante dos fatos mencionados, temos que realmente ter o reconhecimento
290 deste trabalho de conselheiro. Explica que haverá eleição de 20% dos conselheiros na plenária de hoje,
291 tendo em vista que nenhum conselheiro, presidente e os nem os membros da comissão organizadora são
292 delegados, diferentemente do que ocorre no Conselho de Goiânia, sendo o único conselho que tem
293 delegado nato na sua própria conferência. Ressalta que no CES sempre é realizada a eleição e acaba que
294 conselheiros que nunca participaram e nem passaram perto de uma conferência e nem a realizarem
295 brigam para serem eleitos. Relembra que na conferência passada foi desta forma, houve briga de
296 conselheiro, que ficou feito doido para ser delegado eleito pelo plenário. Divulga que o Conselheiro
297 Gerinaldo foi eleito como delegado no conselho de sua cidade e que há vários membros conselheiros,
298 como a Dayse que participou ativamente das etapas do Conselho de Goiânia que foi escolhida como
299 delegada pela região central, enquanto que há outros que nem passam na porta numa conferência.
300 Reforça a fala da Conselheira Rosália, que o conselheiro tem que saber que uma das tarefas que a
301 política define, conforme consta na lei 8142/1990, é que a política pública é definida em conferências de
302 saúde. Menciona que a Elizabete, apesar de toda a dificuldade que estava ocorrendo, coordena uma
303 comissão que estava num processo de construção junto com a própria conferência que é o Participa
304 Mais. Faz a observação de que várias pessoas quiseram estar na comissão de relatoria e que quando
305 perguntava para a Conselheira Rosália aonde estavam seus pares, respondia que enquanto conselheira
306 está aqui, cumprindo o seu papel. Ressalta que realmente que quando o conselheiro desempenha
307 adequadamente o seu papel, tem que ressaltá-lo para não ser injusto, tendo em vista que há casos de
308 conselheiro que não desempenham adequadamente suas atribuições. Informa que terão que eleger 20%
309 dos conselheiros na plenária de hoje num total de 55 conselheiros, como delegados estaduais. Ratifica
310 que nenhum dos membros da comissão organizadora são delegados natos e estão na disputa como todos
311 demais conselheiros. Declara que serão 20% do total de 55 conselheiros: 06 usuários, 03
312 gestores/prestadores e 03 trabalhadores e se nenhuma das outras vagas ocuparem a vaga, as vagas serão
313 ocupadas pelos usuários. Pergunta em relação aos usuários, quem se dispõe a ser delegado a conferência
314 estadual. Conselheira Rosália refere que tem uma dúvida, que tem a conselheira que é coordenadora da
315 CIST, do segmento de usuários e que hoje não está aqui em função da realização da Conferência
316 Municipal de Goiânia, então pensa que as pessoas conselheiras usuárias que viajaram, participaram de
317 todo este processo ficariam prejudicadas e que por isto, faz a defesa dos nomes destas pessoas para
318 saírem delegadas, que são as conselheiras Dalva e Lúcia que não estão presentes aqui hoje. **Presidente**
319 **Walter** refere tem este detalhe mesmo, mas que há necessidade de entender que esta pauta não surgiu
320 agora no plenário, compreende a dificuldade, e assim de qual forma será resolvido isto, haja vista ter
321 membros conselheiros integrantes da comissão organizadora e que viajaram nesta conferência e que
322 concorda com a Rosália, que não estão presentes e com justificativas e outras, dentre quais a
323 Conselheira Lúcia está no momento participando da conferência distrital de Goiânia, fazendo a
324 conferência municipal de gestão e planejamento. Menciona sobre a Conselheira Dalva e que outros
325 conselheiros e conselheiras também integrantes da comissão organizadora, que viajaram e não estão
326 nesta plenária. Questiona sobre qual é a situação que será resolvida diante desta situação apresentada.
327 Conselheira Dionne manifesta concordância com a colocação da Conselheira Rosália, mas recomenda
328 verificar se as Conselheiras Dalva e Lúcia já não saíram como delegadas na etapa regional. **Presidente**
329 **Walter** informa que o servidor Jocélio vai verificar na ficha da Central. Questiona sobre quem conduziu
330 o processo das eleições dos usuários em Goiânia e que será verificado. Informa que Mesa Diretora se
331 reuniu ontem e definiram critérios sobre a escolha dos delegados e faz a leitura. Expõe que foram vários
332 casos, como seis conselheiros usuários que participaram ativamente viajando por todo o estado. Enfatiza

sobre grande a dificuldade enfrentada pela Mesa Diretora para estabelecer uma decisão. Menciona que na última conferência, foi o delegado usuário mais votado da mesma e lembra que tinha a Elisa, a conselheira mais jovem deste conselho e que na ocasião, justamente por este motivo, não conseguiu passar como delegada, tendo em vista que os conselheiros mais velhos/experientes fazem articulações, tendo então a Elisa ficado de fora, entretanto, o delegado mais votado na época, abriu mão de sua vitória para a Elisa participar. Comenta que às vezes, enquanto Conselheiros, não pensam desta forma, olhando para si, sem pensar no outro. Declara que os seguintes Conselheiros: Lúcia, Dalva, Verenado, Elizabete, Deyse, Rosa, Marta já foram escolhidos como delegados. Informa os segmentos eleitos no CES para quinta conferência estadual de saúde do trabalhador e trabalhadora: Segmento Usuários: Walter, Neiton, Lorrany, Simone, Elenilza; Segmento Trabalhador: Dionne, Maria de Fatima Fátima e Heloiza; Segmento Gestor/Prestador: Rosa Irlene, Rosália e Joyce. Ressalta que o plenário deve referendar que é a escolha do segmento. Pergunta a este pleno aqueles e aquelas que concordam com a eleição da bancada eleita de conselheiros eleitos por este plenário deste conselho, por favor se manifestem levantando o crachá: 21 (vinte e um) votos incluindo do com o presidente. **Presidente Walter** solicita ao servidor Jocélio para apresentar o levantamento metodológico, estatístico da quinta conferência. Jocélio faz a apresentação de algumas estatísticas das conferências realizadas até o momento. Mostra o cronograma das etapas municipais, que iniciou em 01 e novembro de 2024 até 02 de maio de 2025, as Conferências Livres no período de 01 de novembro de 2024 à 15 de abril de 2025. A etapa regional foi do dia 05 a 23 de maio, tendo em vista que foi prorrogada e que nosso alvo é chegar na etapa estadual nos dias 25, 26 e 27 de junho e depois a etapa nacional nas datas 18, 19, 20 e 21 de agosto. Divulga que, em relação às estatísticas da etapa municipal, dos 246 municípios, 178 (72,4%) realizaram a etapa municipal e 68 (27,6%) municípios ou não realizaram ou efetivaram fora do prazo. Expõe que foram realizadas seis conferências livres, sendo que hoje a comissão organizadora vai se reunir para a validação das mesmas, sendo que posteriormente poderá apresentar os resultados. Ressalta que as 18 regionais de saúde realizaram as etapas regionais, ou seja, 100% de participação, sendo seis inter-regionais, ou seja, quando ocorre mais de uma junta, ocorrendo então a sudoeste 1 e 2 em Jataí, Entorno norte, norte e nordeste 1 e 2, em Formosa, Serra da Mesa e norte em Uruaçu, São Patrício 1 e 2, em Goianésia, Oeste 1 e 2, em São Luiz de Montes Belos, e Central e Centro-Sul, em Goiânia; Cinco conferências regionais individuais, que foram regional Sul em Itumbiara, Estrada de Ferro em Catalão, Entorno Sul em Luziânia, Rio Vermelho cidade de Goiás e Pirineus em Anápolis. Divulga o resultado das conferências regionais: Foram credenciados como pessoas delegadas 308 pessoas do segmento de usuários, 142 do segmento de trabalhador e 128 do segmento de gestor e prestador. Participaram também 317 convidados, 270 apoiadores e 57 autoridades, perfazendo um total de 1222 participantes. Foram eleitas 260 pessoas delegadas para a etapa estadual. Menciona os membros da equipe administrativa Cleide, Gracielle, Jocélio e Maria José. Agradece a todos que participaram destas etapas até o momento presente. **Presidente Walter** parabeniza o servidor Jocélio que conduziu maestral mente a equipe de servidores e a equipe de conselheiros. Convida a Secretária Executiva para falar sobre o local /espaço da conferência estadual. **Secretária Executiva Inayá** informa que o local será no Centro Pastoral Dom Fernando, que é um espaço bem aconchegante, as pessoas que forem ficar hospedadas, também será no mesmo local, assim como alimentação, favorecendo mais conforto. Ressalta que estará empenhando dentro das possibilidades para fazer o melhor para que haja um ótimo acolhimento a todos. **Presidente Walter** pergunta aos organizadores estaduais se tem alguma dúvida e/ou consideração e/ou complementação. **ITEM 4: Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPC:** **Presidente Walter** menciona o informe da retirada do item 4 da pauta com a justificativa de que este presidente não aceitou de forma tranquila a alegação da SES. Relata que no dia 22 de maio, a pedido da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia e da integrante desta entidade representante deste conselho, foi solicitado à SES que apresentasse a política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer em Goiás a este plenário. Informa que a resposta chegou, após várias cobranças da assessoria da

381 presidência, da coordenadora administrativa, a SES tinha respondido que faria esta apresentação,
382 entretanto, hoje às 8:50, de várias cobranças da assessoria da presidência, foi recebido e-mail, de
383 justificativa, o qual faz a leitura. Questiona que se a Política Nacional de Câncer não é atribuição desta
384 assessoria, não sabe de quem é. Presidente informa que havia sido definido anteriormente que pela
385 própria assessoria que seria a servidora Lucena de Almeida Felipe viria aos CES, entretanto, hoje, às
386 8h50, quando o plenário já estava aberto, que chegou esta comunicação assim, sendo que esta
387 solicitação já havia sido feita há muito tempo pela ABRALE, com repetidas solicitações, inclusive
388 tentando com a assessoria do conselho tentando um diálogo com a secretaria de estado, para atender um
399 pedido de apresentação no âmbito do estado de Goiás. Sugere, que, diante dos fatos, que notifiquemos o
400 MS, que é o responsável pelo programa nacional, e que apresente qual é a política instituída pelo MS no
401 âmbito do estado de Goiás, certa Conselheira Rosália, que é a representante do MS que na próxima
402 plenária o MS faça a apresentação desta política, pois se a SES não sabe, alguém tem que saber. A Mesa
403 Diretora também pretende primeiramente entender o que aconteceu, tendo em vista que o documento
404 chegou ao CES às 8h50 com este tipo de resposta, que posteriormente será repassado ao pleno.
405 Apresenta como encaminhamento da mesa ao MS para que seja informado como anda esta política no
406 âmbito do estado de Goiás. Pergunta ao plenário se este pode ser este o encaminhamento da Mesa. Não
407 havendo discussões, retirada da pauta com este encaminhamento. **ITEM 5: Apresentação dos**
408 **Pareceres da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025: Presidente Walter**
409 convida a servidora Lorena Matos, Superintendente de regulação e controle e avaliação da SES para
410 fazer a apresentação solicitada pela CIMPEPS. **Servidora Lorena** expõe que fará apresentação do PMAE
411 – Programa Nacional de expansão qualificação da atenção ambulatorial e especializada. Informa que
412 está na apresentação, mas que também estão presentes outras representantes, Joyce, assessora técnica da
413 SPAIS. Marília representando o COSEMS e todo nosso time da SES que também teve participação,
414 equipe de planejamento da secretaria adjunta que fez todas as discussões referentes a este programa
415 nacional. Explica que o PMAE é um programa nacional do ministério da Saúde, que todos os estados
416 estão fazendo a organização dentro do seu estado para fazer o que chamamos de pacote de consulta,
417 exame e uma nova consulta para no final das contas fazer o faturamento em formato FAEG – Federação
418 da Agricultura e Pecuária de Goiás. Inicia a apresentação que será inserida como anexo à presente.
419 Ressalta que o PMAE de 2025 encontra-se nesta apresentação, que se encontra em fase de construção,
420 até porque o MS na semana passada fez uma alteração, não somente no nome do programa, mas está
421 fazendo constantes alterações em sua metodologia, na lógica mesmo do programa, e a sensação que nós
422 enquanto estado temos, COSEMS também, discussões que fizemos, todas as áreas envolvidas na SES é
423 que o PMAE vem mesmo para ser fortalecido. Não é um programa que foi definido cinco especialidades
424 e que vai permanecer nestas especialidades, a sensação que temos, com todas as atualizações do MS é
425 que isto será expandido, vai sair destas cinco especialidades, vamos para outras especialidades, para
426 que, para garantir mesmo que o paciente tenha o seu acesso em tempo oportuno. E que consiga fazer
427 junção de todas estas filas, a qualificação das filas e direcionar o paciente em tempo hábil pois que aí até
428 60 dias também fazer o faturamento de forma correta que é no módulo FAEG. **Primeiro Secretário**
429 **Neiton** pergunta se este programa é totalmente subsidiado pelo governo federal ou tem contrapartida
430 estadual e municipal. **Superintendente Lorena** informa que em 100% financiado pelo MS, não há
431 contrapartida da SES, tanto para o programa nacional de redução de filas quanto para as próprias
432 consultas. **Primeiro Secretário Neiton** questiona se tanto o estado como o município têm convicção de
433 que a verba será suficiente. Esclarece que a motivação desta pergunta é decorrente de que programas
434 similares, geralmente não se consegue fazer uma consulta como previsto nesta ‘maravilha do século’
435 que apareceu, sendo que inicialmente informa que consulta está agendada, que vai conseguir os exames,
436 que inclusive são obrigatórios, entretanto, no final acaba não acontecendo o fluxo planejado, sem o
437 cumprimento das demandas necessárias para o paciente. Questiona como evitar que isto ocorra, tendo
438 em vista que quando se busca a motivação de que realmente o SUS não fornece subsídio financeiro

439 suficiente para que isto aconteça, ainda que tanto o estado quanto o município tenham dado o aceite,
440 então surge aquela questão que o SUS paga pouco, então esta é a indagação. **Vice-Presidente Sergio**
441 pergunta se há mais indagações. 20 20 **Conselheiro Gerinaldo** inicialmente parabeniza Lorena pela
442 apresentação. Refere que há uma proposta do MS que este programa venha ser efetivado, o qual vem
443 melhorando ao longo do tempo, com propositura de estar sendo implementado de continuidade, que
444 aponta na parte ponto fundamental que é a verba toda da união. Explica que a tabela SIGTAP (Sistema
445 de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS) é muito defasada, o que
446 significa dizer que, na prática, estes procedimentos vão ficar pendentes porque se não tiver
447 complemento da verba estadual ou municipal, com certeza estes atendimentos dos procedimentos
448 especiais dois níveis ambulatorial ou no nível cirurgia eletiva vai ficar prejudicada. Expõe que outro
449 elemento que chama a atenção, é quando se coloca que existe o núcleo de gestão de regulação e no final
450 da fala, foi mencionado uma certa resposta. Informa que ficou claro que a partir de agora em diante,
451 serão dois tipos de regulações, uma pelo programa devido sua especificidade e outro da regulação a
452 nível estadual com os seus demais municípios, sendo o controle disto, é quando se estabelece 60 dias
453 para finalizar um dado procedimento desde a entrada da pessoa na unidade de saúde e que concretizando
454 isto vai ter a receita emitida, entretanto, acha que este tempo é muito longo e que deveria ser um pouco
455 menor, pois quem precisa do atendimento é quase que de urgência/emergência. Relata que seus
456 questionamentos são sobre a questão da regulação em si; o tempo muito longo enquanto deveria ser
457 menor e a questão financeira do SIGTAP, que parece que vai dar furo no esquema. **Superintendente**
458 **Lorena** responde que foi colocado 60 dias, mas que na apresentação mesmo consta no eslaide que é de
459 30 à 60 dias, sendo que 60 dias é contando com o retorno do paciente. Explica sobre a questão das filas,
460 não é que vamos ter duas regulações estamos fazendo a gestão dos pacientes que estão nas filas das
461 OCIs (Ofertas de Cuidados Integrados) indicadas pelo município e pelo MS. Então das cinco
462 especialidades das OCIs que foram indicadas vamos ter um olhar para um cumprimento dentro daquilo
463 que foi preconizado pelo MS Sobre a questão da tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela
464 de Procedimentos), de fato tem esta atualização que precisa ser feita, mas tudo isto todos os
465 apontamentos que os senhores estão colocando, tem sido levado para o MS. Enfatiza que as atualizações
466 deste programa estão sendo elaboradas de forma constante, quase que diário e que cada dia solta uma
467 nova portaria. **Conselheira Letícia** faz questionamento sobre o prazo de atendimento, sobre a
468 possibilidade de não conseguir atender a demanda do paciente. Expressa que é uma iniciativa
469 maravilhosa do MS, mas parece que às vezes, pode estar mudando a fila de lugar, tendo em vista que o
470 paciente pode estar hoje na fila e esperando por uma consulta, exames e o diagnóstico, que neste caso,
471 este programa vem realmente fazer com que isto se torne mais eficiente, fazendo com que o paciente
472 tenha o diagnóstico, entretanto, sua preocupação é relacionada ao pós diagnóstico, pois inda que tenha
473 um PMAE (Programa Mais Acesso a Especialistas) voltado para cirurgias eletivas, haverá situações que
474 o diagnóstico e /ou tratamento cirúrgico não serão suficientes para resolver determinado caso, podendo
475 ser necessários outros tipos de tratamentos, terapias, acompanhamentos. Solicita informação sobre as
476 diversas terapias/acompanhamentos. Pergunta se o MS tem interesse em participar do PMAE voltado
477 para estas terapias, inclusive na oncologia, envolvendo as questões da quimioterapia e radioterapia.
478 Solicita que seja abordado sobre estas duas situações. **Lorena** explica que sobre os códigos de
479 procedimentos tanto para consulta quanto para exames, pode passar a lista de todas as especialidades,
480 todos os exames para todo mundo, visto que a portaria já ter sido publicada. Expõe que também pode
481 disponibilizar o que foi definido pelo MS, tanto da parte ambulatorial quanto das cirurgias eletivas,
482 sendo que com relação às cirurgias, para o procedimento ser feito como parte do programa nacional de
483 redução de filas, foi definido uma lista de 1270 procedimentos, no qual para ser contemplado, deve estar
484 neste rol. Expressa que em relação ao prazo que Letícia menciona que só é possível fazer o faturamento
485 na modalidade FAEG, para ser considerada uma consulta. dentro do PMAE só pode fazer se o paciente
486 tiver feito a consulta, o exame e o retorno, pois não adianta fazer uma consulta em 30 dias e tentar

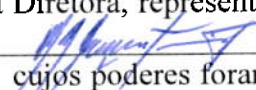
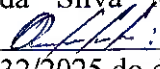
487 faturá-lo, como PMAE precisa fazer a consulta, exame e nova consulta dentro do prazo 30 até 60 dias,
488 como critérios definidos pelo MS para conseguir fazer o faturamento modulo FAEG. Convidada Janaína
489 – ABRALLE, pergunta de ordem prática, em relação ao que foi prescrito pelo médico especialista, ou
490 seja o programa abre uma excelente possibilidade, a pessoa vai pro especialista, passa por todos os
491 exames, fala em prazos, o que é excelente, sabemos que os prazos não são respeitados, tem lei para isto
492 mas a lei não é respeitada mas diz que quando falamos em tratamento farmacológico, existem dois tipos
493 de medicamentos, os disponíveis no SUS, que tem uma portaria que disponibiliza aquele medicamento
494 para aquela doença, para aquela fase da doença e os não disponíveis, no entanto, verifica-se que na
495 realidade quando o medicamento é disponibilizado pelo SUS, ou seja, existe uma portaria do MS que
496 diz que o medicamento deve ser disponibilizado para aquela doença para aquela fase, mesmo assim a
497 pessoa faz o pedido administrativo, e lhe é negado, a pessoa precisa entrar na justiça, ao invés de
498 começar o tratamento imediatamente, tem que esperar um provimento judicial e o cumprimento deste
499 provimento. Então seu questionamento de ordem prática é se esta realidade vai ser alterada se existe
500 uma previsão de que pelo menos os medicamentos dos medicamentos que são disponibilizados pelo
501 SUS, a partir do momento que o governo disponibiliza um especialista que afirma que aquele
502 medicamento precisa sob pena até de óbito, se esta realidade vai ser alterada, se a prescrição médica
503 pelo menos em relação aos será respeitada pelo MS e demais entes. **Conselheira Marília** informa que
504 antes de responder, fará menção da atual conjuntura somando à apresentação da Superintendente.
505 Explica que temos que ter em mente a respeito do PMAE, que é um programa nacional o qual deve ser
506 lido e acompanhado por um condutor, como foi já foi bem esclarecido pela Lorena. Explica que tem este
507 grupo condutor instituído a nível estadual em Goiás e que também não devemos interpretar o programa,
508 assim como qualquer outro que seja, de forma isolada, tendo em vista que o programa convive e
509 converge com outras políticas, como por exemplo: a Política Nacional do Câncer, que já foi e é uma
510 portaria, já tenho sido pactuada na CIT de janeiro de 2025. Ressalta que nos cabe enquanto órgão de
511 direção estadual e municipais é fazer a articulação devida, incorporar este programa e antever como
512 operacionalizá-lo junto com o planejamento regional integrado, agregado às redes de cuidado da
513 assistência. Responde o questionamento feito pela convidada **Janaína**, é um dever, que quando é feita a
514 judicialização de saúde, deflagra-se que está tendo uma falha estrutural, se no caso, trata-se de um
515 medicamento incorporado nas nossas listas oficiais, aproveita e faz questão de deixar bem claro que tem
516 um tema, que foi julgado agora no supremo tribunal federal e não nos cabe declinar, mas sim, apenas
517 observar o seu cumprimento, cujo teor: não incorporar regra, não é dever que o estado e município
518 cumpram. Caso cumpra via decisão judicial, posteriormente averigue-se o ressarcimento. Entretanto,
519 nos casos dos medicamentos obrigatórios, que contam nas listas oficiais, os que estão nos protocolos de
520 diretrizes terapêuticas, que apresenta de forma didática sobre o conceito de incorporado e não
521 incorporado. Menciona que não é incorporado, por exemplo, ainda que se tem a falsa ilusão que seja
522 apenas aquilo que faz parte do rol nas listas principais de medicamentos da SES: RENAME (Relação
523 Nacional de Medicamentos Essenciais), REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais) e
524 RESME (Relação Estadual de Medicamentos Essenciais), enfim, não. Informa que no caso de haver
525 prescrição off-label, que não esteja contemplada no PCDT (Protocolos Clínicos e Diretrizes
526 Terapêuticas), isto, para fins de julgamento na tese fixada no 234 e tema 6, é não incorporado, que
527 então, a priori, não deveria ser concedido. Explica que o incorporado não nos cabe desculpa, que será
528 averiguado as competências materiais de cada esfera de governo, da União, do estado e do município, e
529 que tirando a teoria de lado e indo para prática, em tese, segundo o teor da prescrição, se estiver tudo
530 adequado conforme o artigo 28 do Decreto 7508, que preconiza o acesso universal, igualitária da
531 assistência farmacêutica no SUS, cumprindo cumulativamente e todos aqueles requisitos, sim, um ente
532 deverá ofertar. Menciona sobre prazos, que trata-se de uma questão burocrática de cada ente, como por
533 exemplo, numa situação que talvez esteja em falta de compra decorrente de estar em processo de
534 compra, então se judicializar, é uma falta estrutural e questiona se deve judicializar, se deveria chegar a

535 este ponto, responde que não, mas já que neste caso o medicamento é incorporado e é nosso dever
536 ofertar. Ressalta que, em tese, é nosso dever e no que se refere a prazo, é muito *sui generis*, que pode ser
537 por uma questão de compra, de inviabilidade de fornecimento, enfim, existem saídas para isto.
538 **Superintendente Lorena** confirmar acrescenta que o programa converge em várias áreas, dentro da
539 SES para organizar tudo que foi abordado. Descreve que foi necessário repassar por todas as áreas:
540 planejamento, regulação, SPAIS, várias outras áreas da secretaria, COSEMS, para poder chegar em tudo
541 que seria necessário. Refere que, da mesma forma na prática, quando direciona o paciente dentro das
542 OCis, destas especialidades que foram definidas pelo MS, as outras áreas envolvidas ou aquilo que é
543 necessário para dar continuidade da assistência do paciente, isso também precisa andar e caminhar
544 junto, assim como na cirurgia eletiva, como por exemplo: se tem um paciente na fila de cirurgia eletiva,
545 dentro da lista de programa do MS, o direcionamos na nossa fila estadual para o uma das unidades da
546 SES, o HUGOL, fazer a cirurgia e que precisa de uma prótese, sendo um OPME (Órteses, Próteses e
547 Materiais Especiais), que em alguns casos tem de alto custo e outros que são mais viáveis a nível de
548 financiamento e isto também precisa ser adquirido. Esclarece que isto tem que caminhar lado a lado
549 para que a cirurgia eletiva seja executada, em muitos momentos preciso deste material, da mesma
550 forma, para as consultas, pode haver a necessidade de algumas medicações, reforça que vamos caminhar
551 em conjunto com toda distribuição dos medicamentos para que isto fique lado a lado e que por isto que
552 estamos falando que este PMAE é uma construção, não é enquanto regulação, enquanto tem um núcleo
553 de regulação que estamos falando das filas, a fila é só a etapa inicial deste processo. Explica que por isso
554 que o MS colocou o núcleo de gestão do cuidado, para fazer este monitoramento, para saber se o
555 paciente realmente compareceu no seu agendamento feito pela regulação, se está conseguindo ter o
556 acompanhamento necessário não somente a nível de prazo, 60 dias para o MS, mas se realmente está
557 conseguindo assistir o paciente e garantindo que o seu tratamento seja efetivo, que realmente de fato o
558 ponto que o MS colocou neste programa. **Conselheira Dayse** reporta que o projeto é muito bonito e que
559 realmente precisamos trabalhar na questão do estrangulamento, em que a pessoa está por exemplo a
560 ortopedia, mas principalmente a oncologia, na qual realmente o sofrimento é muito grande. Relata isso é
561 uma iniciativa do Governo Federal e vai bancar assim como banca as mamografias, tendo em vista que
562 o município não paga mamografia, mas o MS nas épocas de campanha, e é extremamente resolutivo e
563 produtivo e que acredita que como é um projeto que está sendo trabalhado, deve melhorar muito mais
564 para um bom acesso. Pergunta qual é a vertente para levar, por exemplo, um paciente oncológico para
565 fazer o acompanhamento. Refere que entendeu que o programa está indo até o diagnóstico, e questiona
566 qual será a sequência de etapas e de que forma, nos casos do paciente que precisa permanecer e ser
567 acompanhado. **Lorena** responde que, nestes 60 dias estão envolvidos a consulta, exame e retorno, para
568 serem faturados dentro do prazo, na modalidade FAEG e definido pelo MS. Complementa que, no
569 retorno, o médico vai definir a conduta a ser adotada, se o paciente precisará ser direcionado para uma
570 cirurgia eletiva ou se será necessário tratamento medicamentoso ou se indicará a continuidade de
571 acompanhamento ambulatorial. Exemplifica que quando estava na regulação e recebeu uma paciente
572 que estava na cardiologia para subespecialidade de marcapasso, fez a regulação da paciente para o
573 HUGOL, a qual foi avaliada pelo cardiologista, fez os exames necessários em conformidade com o que
574 foi definido pelo MS, retornou ao médico e recebeu a orientação de que não haveria a necessidade de ser
575 operada. Explica o que vai acontecer com esta paciente, que poderá retornar ao HUGOL para dar
576 continuidade ao tratamento nesta unidade até a sua alta com o especialista e que, da mesma forma
577 ocorrerá na oncologia. Comunica que vai ser inaugurado o hospital Cora, que será uma de nossas
578 unidades, no caso, de oncológica, aonde o paciente poderá ser direcionado para o mesmo e dependendo
579 do acompanhamento, poderá ser encaminhado para outras unidades que são pactuadas pelos municípios
580 e assim o paciente poderá fazer o seu tratamento com o especialista desde a execução da cirurgia eletiva
581 até sua alta registrada e liberada pelo médico. **Conselheira Rosália** menciona que tem uma reflexão,
582 que a regulação é apenas o observatório do serviço instalado, questiona qual é a estratégia está sendo

583 pensada para ser implementada junto ao PMAE, e justifica a pergunta, visto que temos serviços
584 contratualizados para executar essa fila. Indaga como esta fila será administrada, de quantos anos pra cá
585 vão ser incluídos, pois conhece pessoas que estão nesta fila há 5 anos. Menciona que tem conhecimento
586 de que quando vamos tomar uma decisão política, há necessidade de dar um período desta fila, então de
587 qual período estamos falando deste PMAE e essa linha de cuidado, quais são as entidades e como a SES
588 junto aos seus contratos com a terceirizada dos hospitais estão pensando de incorporar esse programa do
589 PMAE. Ressalta que tudo isto impactará sobre todas essas preocupações, se a pessoa terá o acesso e o
590 cuidado até o final. Exemplifica um caso pessoal, no qual teve no joelho fraturado há três anos, que teve
591 acesso à consulta, ao médico, entretanto, não teve acesso à fisioterapia, que fazia parte do tratamento e
592 que embora já tenha se passado três anos, ainda aguardando as sessões de fisioterapia, sendo que está
593 mencionado o caso, não só para reclamar, mas para mostrar um fato. Questiona qual é a estratégia que o
594 Estado está fazendo para aproveitar esta oportunidade deste recurso para realmente garantir este cuidado
595 e quando irá começar. **Lorena** responde que, a nível estadual, várias áreas da secretaria têm feito
596 reuniões constantes e que também há programa dos municípios que fazem organização interna.
597 Acrescenta que, ainda, na esfera estadual, estão fazendo organização com constantes discussões,
598 iniciando na regulação garantindo o acesso do paciente, a SPAIS pra fazer todo esse monitoramento do
599 cuidado e a equipe da SUPEC (Superintendência de Planejamento, Regulação e Controle), para fazer a
600 organização contratual. Expõe que estão gerindo as filas, como mostrou a tela do sistema de regulação
601 para que consiga direcionar este paciente para oferta de cuidado integrado, que o monitoramento do
602 paciente será feito naquela página da OCi, conforme foi definido pelo programa do MS e a equipe da
603 SUPEC junto com a SPAIS está organizando as unidades para que consiga fazer a ampliação da oferta
604 de serviço, do quantitativo de consultas que são disponibilizadas. Responde que a continuidade vai ser
605 feita, que o programa vai iniciar no segundo semestre, porque estão fazendo neste momento essa
606 construção e organização do contrato das unidades estaduais que farão o atendimento destes pacientes
607 do programa do MS, então o estado está se organizando para ampliação da oferta do serviço, da mesma
608 forma que a fila, temos uma página dentro do nosso sistema para poder separar. Responde sobre qual o
609 período que este paciente será puxado, que em discussão como o COSEMES, ficou definido que não
610 somente os novos pacientes que vão a partir do segundo semestres nas unidades básicas de saúde que
611 terão acesso a este programa do PMAE. Informa que sua equipe de regulação está verificando todas as
612 filas das cinco especialidades dentro das OCis, puxando os pacientes que se enquadram no perfil
613 definido pelo MS e fazendo esta transferência, que está com o paciente numa fila geral, é um paciente
614 da OCi, está sendo tratado e monitorado, acompanhado e estão fazendo o direcionamento do paciente.
615 Ressalta que o próprio MS define que temos que garantir isto dentro do período de 60 dias. **Conselheira**
616 **Rosa Irlene** expõe que a coordenação da CIMEPS que solicitou essa pauta à Mesa Diretora por
617 entender a extrema importância deste assunto para nossa discussão, principalmente porque esta demanda
618 gera outras demandas, que são aditivos em contratos de gestão das Policlínicas e que há necessidade de
619 entender como isso se dará. Informa que estão inclusive em reanálise de alguns contratos de gestão, que
620 estão parados, e com o entendimento de que agora estão com estes encaminhamentos de deliberação e
621 que por isto, houve a solicitação desta pauta com urgência, para entender, analisar a questão de filas e de
622 todo o processo. Comunica que participou de uma apresentação deste programa a nível nacional com o
623 MS e que já estão trabalhando no mesmo para que seja inserida a parte de reabilitação, tanto terapia
624 ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia tendo em vista que não adianta caminhar com uma fila de
625 cirurgias e não pensar numa reabilitação, porque senão, a pessoa vai permanecer continuamente nesta
626 fila. Relata que diante das circunstâncias, se direciona para a Mesa Diretora e solicita que seja feito o
627 encaminhamento pela mesma, para que a política possa ser distribuída entre os conselheiros e pleiteia
628 para que no mês de agosto, hajam outras pautas: a primeira seria acesso a medicamentos,
629 teleatendimento e tele regulação. **Presidente Walter** informa que para conhecimento dos conselheiros,
630 explica que há um fluxo de pacientes flutuantes nas divisas dos estados, que é recorrente nos 26 estados

631 da federação e do DF, sendo que ninguém se responsabiliza por estes usuários. Relata que havia um
632 fluxo muito grande de pacientes de usuários flutuantes entre duas unidades federadas, Goiás e DF e que
633 a Secretaria de Estado do DF e da Secretaria de Estado de Goiás foram notificados pelo Ministério
634 Público da União para dar resposta a esta situação. Menciona que participou de audiências, reuniões
635 junto com a Lorena que é Superintendente de Regulação e Controle e Avaliação da Secretaria do Estado
636 da Saúde, e que ficou encantado pela firmeza de sua postura profissional junto aos municípios que
637 compõe a RIDE-DF - Rede de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal, porque a regulação tem
638 que ser Estadual e não municipal, e sua compostura profissional nas duas reuniões com o MPE.
639 Agradece à Superintendente pede uma salva de palmas para o trabalho que tem desempenhado e declara
640 que as Portas da Mesa Diretora estão abertas. Ressalta que não pode intervir na regulação, e que mesmo
641 assim, chegam pedidos de intervenção, mas reafirma que não concorda com este tipo de atitude diante
642 da regulação. Solicita à Conselheira Rosa que Rosa notifique formalmente à Mesa Diretora para
643 encaminhar a solicitação da CIMEPS para a SES. **ITEM 6: Planejamento das Comissões**
644 **Intersectoriais:** Declara que já estamos no meio do ano e apenas duas comissões deste conselho
645 apresentaram seu planejamento de ação para 2025. Ressalta que as outras comissões precisam
646 apresentar seu plano de trabalho. Aproveita, antes de entrar próximo ponto de pauta, para saudar alguns
647 convidados aqui presente, primeiramente Aldenora – Coordenadora do CEREST e membro integrante
648 da Comissão Organizadora da 5ª CESTT; Servidora Marluce que representa a Dra Rafaela Veronesi –
649 Superintendente da Escola de Saúde de Goiás; Irmã Cida e Chiquinha do Grupo AAVE. Pergunta se tem
650 mais algum convidado que por ventura não tenha sido saudado. **ITEM 5: Apresentação dos Pareceres**
651 **da CIMEPS relativos aos Projetos de Lei do 1º Quadrimestre 2025:** Informa que a Conselheira
652 Rosa vai apresentar as duas pautas e posteriormente encaminharemos para o encerramento, sendo que
653 hoje o almoço retornará para o Bistrô em Casa. Declara que a CIMEPS que solicitou este ponto de
654 pauta, que é mais um informe que se faz necessário para conhecimento de todos os conselheiros do
655 CES. Divulga que a Mesa Diretora do CES tem recebido da Casa Civil várias solicitações oficiais para
656 emitir pareceres das políticas que a ALEGO - (Assembleia Legislativa do Estado de Goiás) institui e
657 que normalmente estes pedidos procedem da casa civil, com prazo de 3 dias úteis para serem
658 respondidos, conforme o Decreto Lei 9697. Relata que a CIMEPS, dentro do planejamento e além de
659 outras fervorosas atividades, já emitiu 10 pareceres: Parecer nº 01/2025 CES-GO – Análise sobre a
660 ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN); Parecer nº 02/2025 CES-GO –
661 Autógrafo de Lei nº 98/2025: Criação da Semana Estadual de Conscientização e luta contra as doenças
662 do neurônio motor; Parecer nº 03/2025 CES-GO – Análise sobre a Semana Estadual de Conscientização
663 sobre Atrofia Muscular Espinhal (AME); Parecer nº 04/2025 CES-GO – Análise sobre Selo “Cidade
664 Destaque na Saúde” no Estado de Goiás; Parecer nº 05/2025 CES-GO – Estatuto da Pessoa com
665 Obesidade.; Parecer nº 06/2025 CES-GO – Institui a Política Estadual de Gestão Emocional na Gestaçã
666 e dá outras providências; Parecer nº 07/2025 CES-GO – Realização de exames para diagnóstico de
667 trombofilia; Parecer nº 08/2025 CES-GO – Política Estadual de Prevenção da Mononucleose; Parecer nº
668 13/2025 CES-GO – Maternidade segura e medidas relacionadas à gravidez, pré-natal, abortamento,
668 parto, puerpério, neonatologia e puericultura no Estado de Goiás; Parecer nº 14/2025 CES-GO –
669 Autógrafo de Lei nº 255, de 15 de maio de 2025: Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos
670 Caminhoneiros. Explica que são vários deputados que criaram estes projetos de lei, que quando vai
671 analisar os pedidos, é feita a seguinte pesquisa: porque este deputado está propondo este projeto, se o
672 deputado foi provocado por alguém, ou por alguma comunidade, ou decorrente de uma situação ou qual
673 foi a origem do projeto. Relata que prossegue para verificar se esta política já está contemplada no
674 estado de Goiás, ou nacionalmente ou em algum outro estado como o intuito de nos dar respaldo.
675 Ressalta que todas estas políticas tem uma necessidade financeira de serem instituídas, como por
676 exemplo, a maternidade segura, a qual foi realizada a leitura foi verificado que este projeto de lei já
677 havia sido contemplado pelo mesmo deputado em outra política e que além disto fazem a demanda

678 política em cima do valor do SUS. Relata que neste caso, foram contrários à ação principalmente porque
679 existe a mesma política pelo mesmo deputado. Ressalta que o conselho não está manifestando um
680 parecer sozinho, que dependendo da demanda, o parecer é enviado para SES que também emite um
681 parecer, a procuradoria geral, o PROCOM e a Secretaria de Educação e que a comissão faz o parecer e
682 passa para a Mesa Diretora que delibera. Declara que foram desfavoráveis à Maternidade Segura e
683 também à Política Estadual de Atenção da Saúde Materna e Infantil porque era na verdade era a
684 ampliação de exames e de divulgação, mas de exames, e quem realiza os exames desta origem é a
685 APAE de Anápolis, sendo que a comissão conta com uma pessoa representante desta entidade que nos
686 respaldou para emitir o parecer. Informa que todos os demais projetos foram favoráveis. Inclusive sobre
687 a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde dos Caminhoneiros está previsto na saúde do homem.
688 Ressalta que este informe é para conhecimento a respeito do que estão trabalhando. **Presidente Walter**
689 ressalta sobre um aspecto sobre os pareceres da CIMEPS, que pode haver divergências entre os pares,
690 podendo ter vários motivos, alguns contrários, outros favoráveis, mas que todo autógrafo de lei que é
691 relacionado à Saúde, pela primeira vez, o governo pede a aprovação. Salienta que se trata de um
692 momento histórico para Goiás que isso está sendo feito, que a CIMEPS, a SES e outros órgão tem se
693 manifestado, mas que os prazos são curtos de acordo com a legislação. **Primeiro Secretário Neiton**
694 informa que o pleno veja esta situação, que a comissão não é deliberativa, tendo a necessidade vir pra
695 Mesa discutir a situação. Declara que, primeiro secretário, não tinha conhecimento desses documentos
696 que vieram para manifestação do conselho. Ressalta que quem delibera tudo é o plenário, que ainda que
697 haja prazos e seja respondido, tem que passar pelo conselho na plenária seguinte e que no período de
698 análise, a Mesa precisa tomar conhecimento. **Presidente Walter** informa que o penúltimo parecer, passou
699 por avaliação desse plenário e questiona aonde estava então o primeiro secretário, que conselheiro que
700 não presta atenção no que se passa neste conselho e precisa saber se tem que permanecer na
701 plenária. **Conselheira Rosa Irlene** segue para próxima pauta. **ITEM 7: Junho Laranja – Campanha**
702 **Prevenção às queimaduras:** Expressa que tem muito orgulho de fazer parte deste trabalho e desta luta,
703 explica o termo Junho Laranja, é nesta data porque dia 6 de junho é o dia que é simbolizado a luta
704 contra queimaduras. Declara que se passou a chamar atenção de um índice crescente de casos e que
705 neste ano, foi escolhido as mulheres que foram vítimas de queimaduras. Apresenta números no plenário
706 envolvendo toda a questão da violência contra a mulher e destas situações específicas que refletem nos
707 números. Comenta que de forma mais frequente é a mulher que tenta suicídio, sendo que muitas vezes
708 atea fogo no próprio corpo, visto que é uma maneira de chamar a atenção e que inclusive, esta
709 campanha é para alertar quanto a isso. Segue fazendo a leitura do documento. Aborda sobre objetivos,
710 ações da campanha e manifesta que quer fazer um apelo e um convite: que o acidente sempre acontece
711 com o outro, mas que pode ocorrer com qualquer um de nós, ressaltando que é preciso ficar alerta e que
712 gostaria de entender como está ocorrendo na rede e solicita que todos fiquem alertas dentro de suas
713 casas. **Presidente Walter** pergunta aos conselheiros alguém quer se manifestar ou fazer alguma
714 consideração. Não houve manifestações. Pede os informes da secretária executiva. **Inayá** informa que
715 todo almoço no Bistrô tem que ser assinada numa lista, pede que todos fiquem atentos a assinarem.
716 **Presidente Walter** cita que tem dois Conselheiros em recuperação médica: Conselheiras Christiane do
717 Valle e Glauciene Praxedes, faz votos de estima e melhoras para ambas. Fala da conferência Estadual
718 que ocorrerá no Espaço Dom Fernando e fala também do evento do Participa Mais que está sendo
719 coordenado pela Elizabeth Mendes. **Presidente Walter** declara encerrada a Sexta Reunião Ordinária do
720 Conselho Estadual de Saúde de Goiás às 12h12 (doze horas e doze minutos), em que estiveram
721 presentes os (as) seguintes Conselheiros(as): **Presidente Walter** declara encerrada a Sexta Reunião
722 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de Goiás às 12h12 (doze horas e doze minutos), em que
723 estiveram presentes os (as) seguintes Conselheiros(as): **SEGMENTO GESTOR: TITULARES:**
724 **Marcos Vinícius Milki** – GADJ/SES – Gabinete do Secretário Adjunto; **Raimundo Tiago de Lima**
725 **Pires** – GEPI/SES – Gerência de Planejamento Institucional – SES; **Sérgio Gomes de Carvalho** –

726 SUPGAPC/SES – Superintendência de Governo Aberto e Participação Cidadã; **Marília Claudia**
 727 **Carvalhais Teixeira** – COSEMS/GO – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de
 728 Goiás e **Rosália Pereira Matos** – SEMS/GO – Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em
 729 Goiás. SUPLENTE: **Fernando Augusto Ataíde Castro** – GGP/SES – Gerência de Gestão Pessoas e
 730 **Joyce de Almeida Silva Newman** – SPAIS/SES – Superintendência de Políticas e Atenção Integral à
 731 Saúde. **SEGMENTO PRESTADOR: TITULARES: Mariângela Dias Ribeiro** – ACCG – Associação
 732 de Combate ao Câncer em Goiás; **Tais Pires Terra Araújo** – APAE Anápolis – Associação de Pais e
 733 Amigos dos Excepcionais de Anápolis; **Rosa Irlene Maria Serafim** – NPQ – Núcleo de Proteção aos
 734 Queimados, Assistência e Proteção ao Sobrevivente a Queimaduras e **Dayanna Galttieres Miranda** –
 735 SINDILABS – Sindicato dos Laboratórios de Análises e Bancos de Sangue do Estado de Goiás.
 736 SUPLENTE: **Leonora Rezende Pacheco** – UFG – Universidade Federal de Goiás e **Letícia Tonini**
 737 **Pinheiro da Silveira** – FUBOG – Fundação Banco de Olhos de Goiás. **SEGMENTO**
 738 **TRABALHADOR: TITULARES: Marta Maria Neto Silva** – ABRATO – Associação Brasileira dos
 739 Terapeutas Ocupacionais de Goiás; **Fabício Alencar de Camargo** – CRBio-04 – Conselho Regional
 740 de Biologia 4ª Região; **Edilvana Cristina Alves Faustino Nunes** – CREFONO 5 – Conselho Regional
 741 de Fonoaudiologia 5ª Região; **Dionne Hallyson Silva de Siqueira** – SIEG – Sindicato dos Enfermeiros
 742 do Estado de Goiás e **João Bernardino Gonçalves Neto** – SINTSEP – Sindicato dos Trabalhadores no
 743 Serviço Público Federal no Estado de Goiás. SUPLENTE: **Meillyne Alves dos Reis** – ABEn –
 744 Associação Brasileira de Enfermagem Seção Goiás e **Sueli Almeida Neves Sousa** – CRESS – Conselho
 745 Regional de Serviço Social 19ª Região. **SEGMENTO USUÁRIO: TITULARES: Janaína Mathias**
 746 **Guilherme Soares** – ABRALÉ – Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia; **Elizabeth Mendes**
 747 **Ramos** – AOG – Associação dos Ostomizados de Goiás; **Walter da Silva Monteiro** – CMP – Central
 748 de Movimentos Populares de Goiás; **João Batista Coelho Cunha** – CTB – Central dos Trabalhadores e
 749 Trabalhadoras do Brasil; **Neiton Pedro Chaves** – Instituto Cerrado Nativo; **Lorrany Kettilyn Almeida**
 750 **de Jesus Fernandes** – Instituto Projeto Rondon; **Elenilza Bonfim** – MDC – Movimento das Donas de
 751 Casa e Consumidores do Estado de Goiás; **Simone Inocência Teixeira** – MRU – Movimento pela
 752 Reforma Urbana do Estado de Goiás; **Cristiany Beatriz Santos** – REDE-TRANS – Rede Nacional de
 753 Pessoas Trans; **Leandro Luiz Fleury Rosa** – SINDIÓPTICA – Sindicato do Comércio Varejista de
 754 Material, Fotográfico e Cinematográfico do Estado de Goiás; **Genésio Carlos Zaffalon** – SINPRO –
 755 Sindicato dos Professores do Estado de Goiás e **Dayse Mary da Silva** – SINT-IFESGO – Sindicato dos
 756 Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do
 757 Estado de Goiás. SUPLENTE: **Wilson Cardoso Pires** – CROO – Câmara Regional de Óptica,
 758 Optometria e Contatologia do Estado de Goiás e **Gerinaldo Teodoro de Assunção** – GRUPAGO –
 759 Grupo de Pacientes Artríticos de Goiás. Dando por encerrada a reunião, da qual, Simone Moraes Stefani
 760 Nakano, Apoio Administrativo redigiu e lavrou esta ata, posteriormente firmada e assinada pelos
 761 membros presentes da Mesa Diretora, representado na(s) pessoa(s) do(a)s senhor(a)s Presidente Walter
 762 da Silva Monteiro  e Primeiro Secretário Neiton Pedro Chaves
 763 : _____, cujos poderes foram outorgados pela publicação da Resolução CES/GO nº
 764 32/2025 do dia 02 de janeiro de 2025.